REGULARIZAÇÃO E ACESSO À DIREITOS DAS PRODUTORAS DO PRÉ-ASSENTAMENTO ELIZABETH TEIXEIRA, EM LIMEIRA-SP

Palavras-Chave: PRÉ-ASSENTAMENTO ELIZABETH TEIXEIRA, CIDADANIA, DIREITOS SOCIAIS

Autores(as):

Julia Baungartner Travisani, FCA - UNICAMP

Prof(ª). Dr(ª). Rodrigo Ribeiro de Souza (orientador(a)), FCA - UNICAMP

Dr(ª). Evandro Coggo Cristofoletti (co-orientador(a)), FCA - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Esta síntese apresenta os resultados e reflexões da pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre setembro de 2024 e agosto de 2025, que investigou a questão agrária no Brasil, com enfoque nos conflitos fundiários e na atuação de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo centralizou-se nos desafios enfrentados por comunidades camponesas, em especial no Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira (Limeira/SP), destacando as contradições entre a legislação agrária, a ação estatal e a realidade das famílias sem-terra. O objetivo central foi compreender como a persistente desigualdade na distribuição de terras e a lentidão na regularização fundiária reforçam a marginalização desses grupos, refletindo a predominância de interesses econômicos sobre direitos sociais constitucionais.

A questão agrária no contexto brasileiro suscita complexas discussões em âmbitos políticos, resultando no surgimento de diferentes movimentos sociais camponeses, entre eles destaca-se o MST (Silva e Souza, 2017). O MST é um movimento brasileiro autônomo criado em 1984 em meio a ditadura militar, que visa conquistar a Reforma Agrária e legitimar melhores condições de vida aos trabalhadores rurais, atuando contra a desigualdade na distribuição de terras (CHAK, T. 2024). De acordo com João Pedro Stédile, líder nacional do movimento, o setor de máquinas agrícolas do Brasil é controlado por um “oligopólio de três empresas transnacionais” que produz máquinas que atendem ao agronegócio e não à agricultura familiar.

Sigaud (2005) argumenta que no Brasil a forma mais apropriada de reivindicar terras para a Reforma Agrária tem sido ocupá-las. Tal modalidade cria forças ao ser legitimada pelo Estado, onde o mesmo, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desapropria terras improdutivas ou subutilizadas e assenta famílias, promovendo a regularização fundiária, emitindo títulos de propriedade (ENAP SP, 2000). Giongo (2019) também afirma que os direitos dos assentados

são de responsabilidade do Instituto quando o assentamento estiver a ele vinculado. Temos em nosso país uma complexa e persistente realidade de conflitos políticos pela regularização de terras.

Fundado em 2007, o Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira pertence ao município de Limeira, interior de São Paulo, em uma área conhecida como Horto Florestal, no bairro do Tatu, ocupando cerca de 200 hectares. Tal espaço era de posse da prefeitura, até que em 2005 passa a ser de domínio da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que também em 2007, é extinta, deixando sua posse para a União (CHERACOMO, B; ESQUERDO, V. 2020).

A história do acampamento começa efetivamente no dia 21 de abril do mesmo ano, quando aproximadamente 250 famílias ocupam a área. Após tal movimento, a prefeitura tentou reintegração de posse alegando a necessidade de expandir um aterro sanitário, enquanto o MST exigia a intervenção do INCRA (CHERACOMO, B; ESQUERDO, V. 2020; MARTINS, B. 2023). Em novembro do mesmo ano, a Polícia Militar atacou o acampamento, a fim de promover despejo contra as famílias, ferindo gravemente manifestantes. E novamente o embate judicial e conflito de interesses voltam à tona e permanecem até os dias atuais. Desde então, as famílias aguardam a regularização do local, que segue em nome da União, enfrentando a falta de infraestrutura básica. A água só é fornecida por caminhão-pipa após uma liminar, e a energia elétrica chegou apenas em 2023, após anos de espera (REIS, R. 2023).

Nota-se a contradição estatal presente, já que por um lado o Estado brasileiro cria instrumentos que reconhecem formalmente o direito à reforma agrária, como o INCRA, por outro lado as instâncias locais atuam sistematicamente para inviabilizar a ocupação, como no caso do Elizabeth, onde a prefeitura de Limeira fez a tentativa de reintegração de posse alegando a necessidade de expansão do aterro.

A Constituição de 1988 garante direitos como vida, segurança e propriedade, mas a realidade brasileira mostra a omissão do Estado em políticas de redução de desigualdades (NEPOMUCENO, M. 2020). A não regularização do assentamento nega direitos básicos aos agricultores, refletindo a priorização de interesses do capital sobre populações marginalizadas (RODRIGUES, T. 2016).

Ademais, mostra-se importante apontar que este é conectado com um projeto de extensão mais amplo, submetido e aprovado no âmbito do 5° Edital PROEC-PEX. Os proponentes da proposta são o Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa e o Prof. Dr. Oswaldo Gonçalves Jr., ambos da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA). Portanto, houveram encontros esporádicos entre o Laboratório de Estudos do Setor Público da UNICAMP, com finalidade de discutir e alinhar os assuntos pesquisados.

METODOLOGIA:

O estudo é de caráter qualitativo e a metodologia visou a análise de diferentes tipos de documentos. Portanto, a mesma foi dividida em duas fases, uma revisão bibliográfica e uma documental. A primeira fase iniciou-se com uma coleta de dados (artigos e pesquisas), revisão, e por fim, organização dos mesmos em tabelas, separadas por ano, tipo de material, instituição e resumo. Por meio dos textos mostrou-se importante entender o papel do Estado e outros agentes sociais no

processo da regularização fundiária, bem como entender a trajetória do MST e a história do Elizabeth Teixeira. As buscas foram feitas através das principais bases de dados científicos, como Scielo e Google Acadêmico, através de palavras chave. A fase de pesquisa documental consistiu na busca e seleção de materiais de natureza não textuais envolvendo o Pré-Assentamento, como documentários, conteúdos produzidos pelo próprio local (ou por organizações e coletivos associados) e vídeos no YouTube.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O modelo agrário brasileiro reforça antigas desigualdades, e como já apontado, seus recortes são sentidos pelos grupos mais vulneráveis. A regularização fundiária, por sua vez, tem sido defendida como melhor instrumento para garantir segurança territorial de proprietários(as) e agricultores(as). Sem esse recurso,o agricultor enfrenta significativas limitações para acessar direitos fundamentais, tais como o crédito rural e a assistência técnica agrícola. A mesma consiste no conjunto de medidas jurídicas, ambientais e sociais, que visam a regularização de assentamentos irregulares (KATO, K; KORTING, M; MENEZES, M. 2022). Segundo o Gov.Br, cabe ao INCRA implementar essa regularização das terras ocupadas por comunidades, bem como contribuir para políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Entende-se que o acesso à terra é um direito que está ligado e interfere diretamente em outros direitos básicos, como acesso à educação, à saúde, garantia de segurança nutricional, entre outros. Portanto, a não regularização de terras ocasiona a privação de direitos básicos aos assentados, estabelecendo um nexo causal entre a condição fundiária e a cidadania, tal cenário é visto no contexto do Elizabeth Teixeira.

Ao todo foram analisados aproximadamente materiais entre dissertações, artigos, relatos de experiências e trabalhos de conclusão de curso. Os textos abordam diversas questões ao redor do Pré-Assentamento, como produção agroecológica e a economia solidária, o cenário rural brasileiro, a trajetória do local e os desafios estruturais e políticas públicas. Destaca-se que 100% dos materiais são de instituições públicas, em sua maioria da Unicamp, refletindo possivelmente uma proximidade geográfica ou parcerias da universidade com o assentamento.

Um instrumento fundamental para essa pesquisa foi a dissertação “Relações universidade e sociedade no Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira em Limeira-SP”, desenvolvida por Marta Zapata (2023), que atua como parte do grupo de extensão vinculado a FCA. Em seu texto, a autora descreve as condições em que o assentamento encontra-se atualmente. Após dezesseis anos, em 2023, finalmente a energia elétrica chegou ao local, também apenas em 2024 uma linha de ônibus que liga o Elizabeth à área central de Limeira foi criada. O acesso à água, por sua vez, mostra-se mais delicado e precarizado, pois, como já citado, seu fornecimento ocorre todos os dias por meio de caminhão pipa, devido à falta de infraestrutura permanente. Também em fevereiro de 2024, a Câmara Municipal de Limeira (SP) noticiou a atuação de uma comissão parlamentar em busca de mediação entre a Prefeitura e o INCRA para garantir o acesso à água no Assentamento Elizabeth Teixeira. Porém, tal

medida segue em negociação até hoje e sem grandes alterações. Em um ofício produzido em 2021 pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em resposta à demanda da Ouvidoria Geral do Município, é informado que esse abastecimento hídrico não regularizado é realizado de forma emergencial reforçando a condição de irregularidade do assentamento perante o poder público.

Imagem1- Foto de reserva de água do local, 2017- fonte: https://mst.org.br/2017/12/05/em-sao-paulo-prefeitura-de-limeira-corta-fornecimento-de-agua-do-acampamento-elizabeth-teixeira/

Além disso, Marta traz em sua dissertação, a existência de um Coletivo de Produtoras no local, que desenvolve atividades de cultivo sustentável, produzindo alimentos agroecológicos e orgânicos. Esses produtos são destinados a diferentes locais para sua comercialização, como feiras locais, exposições e na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) localizado em Limeira. O Instagram é utilizado pelas produtoras como uma ferramenta de divulgação de seu trabalho (@produtoraselizabethteixeira).

Imagem 2 e 3, retiradas do Instagram (produtoraselizabethteixeira), 2024- fonte: https://www.instagram.com/produtoraselizabethteixeira/

A última atualização a respeito da regularização do assentamento ocorreu recentemente, no dia 16 de julho de 2025. Foi formalizada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a cessão de terras pelo governo federal a 105 famílias agricultoras do Elizabeth Teixeira, conforme reportado pelo portal G1. Portanto, a decisão governamental assegura o direito ao uso produtivo da terra por 10 anos.

CONCLUSÕES:

A pesquisa evidenciou que o Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira sintetiza os desafios estruturais da reforma agrária em contexto brasileiro, onde a lentidão nos processos de regularização fundiária contribui para condições precárias de vida e limita o pleno exercício da cidadania pelas famílias assentadas. Ao analisar os resultados, nota-se que mesmo após 18 anos de ocupação e recente conquista do uso da terra em 2025, persistem graves deficiências em infraestrutura básica, principalmente no acesso à água, que refletem a histórica marginalização dessas comunidades.

A análise documental revelou uma contradição importante entre o arcabouço legal, que prevê direitos territoriais e sociais, e a implementação concreta de políticas públicas. Uma vez que o caso

estudado ilustra como a vagarosidade estatal na regularização (2007-2025) criou um limbo jurídico que: restringiu o acesso a crédito rural e assistência técnica, perpetuou a dependência de medidas emergenciais como caminhões-pipa e retardou por 16 anos a chegada de energia elétrica. Contudo, essa recente cessão por 10 anos (ainda que um avanço) mantém a provisoriedade da situação, exigindo monitoramento contínuo para garantir a consolidação efetiva dos direitos territoriais. Este estudo reforça a tese de que a regularização fundiária é uma condição para a efetivação de outros direitos sociais.

BIBLIOGRAFIA

BETI, Bruna B. **A produção e comercialização dos alimentos de base agroecológica no assentamento Elizabeth Teixeira.** Limeira, Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **O INCRA**. [Brasília, DF].

CELSO, Severo da Silva. **Regularização fundiária no Brasil contemporâneo: para além da interpretação jurídica.** Universidade Federal do Maranhão, Revista de Políticas Públicas, 2018.

CHERACOMO, Bruno; ESQUERDO, Vanilde F. S. **Fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização na agricultura familiar: um estudo do acampamento Elizabeth Teixeira-Limeira SP.** Campinas, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2020.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, Caderno prudentino de geografia, 2020.

KATO, Karina Y. M.; KORTIN, Matheus S.; MENEZES, Thereza. **A solução é a regularização fundiária?: privatização da terra, digitalização de registros e o papel do estado.** Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll, 2022.

KATO, Karina Y. M.; LEITE, Sergio P. **Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro, Revista da ANPEGE, 2020.

GOMES, Noemi. **O agronegócio e o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no sudeste goiano: A percepção dos trabalhadores Sem Terras.** Rio Verde, Instituto federal goiano, 2020.

G1. **União cede terras em área rural de Limeira a 105 famílias agricultoras de assentamento do MST**. Piracicaba, 16 jul. 2025.

LEITE, Juliana P. A; MESSINA, Leonardo D. **A perspectiva política do consumo alimentar: experiência do grupo de consumo responsável do coletivo de produtoras Elizabeth Teixeira, Limeira-SP.** Revista espaço de diálogo e desconexão, 2021.

LIMEIRA (SP). Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Diretoria de Serviços Públicos. **Ofício [sem número específico, processo n° 43388/21]**. Solicita informações Lei 12527/2011. Limeira, 13 out. 2021.

MARTINS, Bárbara. **As relações de trabalho na Economia Solidária: Experiência do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira.** São Paulo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Em São Paulo, Prefeitura de Limeira corta fornecimento de água do acampamento Elizabeth Teixeira**. *MST*, 5 dez. 2017.

ZAPATA CHAVARRIA, Marta Judith. **Relações universidade e sociedade no Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira em Limeira-SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2024.